
DE DÁDIVAS E LEGADOS: REFLEXÕES SOBRE O COLONIALISMO À PORTUGUESA EM MANOEL DE OLIVEIRA

On Gifts and Legacy: Reflections upon the Colonialism *à la* Portuguese in Manoel de Oliveira

Aparecida de Fátima Bueno¹
Márcio Aurélio Recchia²

RESUMO: Passados mais de quarenta anos da Revolução dos Cravos e do fim do longo projeto imperialista português, ainda é emergente uma revisitação crítica do passado do país, sobretudo em relação ao salazarismo e às imagens propagadas pelo regime a respeito da “missão civilizadora” de Portugal, que abrandaria e justificaria a manutenção do anacrônico sistema colonial até o último quartel do século XX. Neste artigo, pretendemos discutir alguns aspectos das especificidades do colonialismo português a partir de dois filmes de Manoel de Oliveira, a saber: *Non, ou a vã glória de mandar* (1990) e *Um filme falado* (2003).

PALAVRAS-CHAVE: Colonialismo português; salazarismo; memória; Manoel de Oliveira

ABSTRACT: After over forty years of the Carnation Revolution and the end of the long Portuguese imperialist project, a critical revisiting of the country’s past is still emergent, especially concerning the Salazarism and the images propagated by the regime regarding Portugal’s “civilizer mission”, which would soften and justify the maintenance of the anachronistic colonial system up to the last quarter of the 20th Century. In this article, we intend to discuss some aspects of the specificities on the Portuguese colonialism considering two movies by Manoel de Oliveira, namely: *No, or the vain glory of command* (1990) and *A talking picture* (2003).

KEYWORDS: Portuguese colonialism; salazarism; memory; Manoel de Oliveira

À GUISA DE INTRODUÇÃO

No dia 13 de abril de 2017, enquanto visitava a ilha de Gorée no Senegal (um antigo entreposto de tráfico de escravos criado no século XVI), o atual presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, tentou reconhecer a

¹ Docente na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas –FFLCH, da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo.

² Mestrando na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas –FFLCH, da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo.

injustiça que seu país praticara relativamente ao tráfico e à exploração de mão de obra escrava oriundos da África. Sousa declarou que a partir da abolição parcial da escravatura pelo Marquês de Pombal em 1761, Portugal passou a aderir “a um ideal humanista que estava virado para o futuro”.³ Acrescentou ainda que, apesar de tardia, “essa decisão do poder político português foi um reconhecimento da dignidade do homem, do respeito por um estatuto correspondente a essa dignidade”.

Essa iniciativa de reconhecimento público da responsabilidade de Portugal, no capítulo referente à escravidão, mais de quarenta anos depois do 25 de Abril e subsequente independência das ex-colônias africanas sob o domínio português, acaba por ser minimizada, já que a ideia que se sobressai nessa declaração é a do engajamento do país “a um ideal humanista virado para o futuro”. Apesar de afirmar, no mesmo contexto, que “é preciso continuar a lutar pelos direitos humanos, contra as formas de escravatura que existem, contra as opressões, contra as ditaduras, contra os totalitarismos”, Sousa ignorou o pioneirismo do país no âmbito da exploração do comércio e da utilização do trabalho escravo africano. A respeito dessa infausta vanguarda, o historiador americano Matthew White elucida que:

Por mais de um século, a escravização de africanos ficou sendo uma atividade puramente portuguesa, mas na década de 1630 os navios de guerra holandeses desafiaram e derrotaram completamente os portugueses por todo o globo. Isso quebrou o monopólio português, e o restante da Europa aproveitou a oportunidade e estabeleceu postos de comércio escravagista por toda a costa africana (WHITE, 2013, p. 197).

A fala de Sousa em Gorée acerca da adesão portuguesa a um ideal humanista, em pleno século XVIII, está fundada numa falácia, uma vez que o presidente emitiu um pensamento recorrente, mas incorreto. Essa declaração não passou despercebida a um grupo de intelectuais que, em carta aberta endereçada ao presidente português, assinada por dezenas de acadêmicos e encabeçada pelo professor Pedro Schacht Pereira, em cujo título se lê “Um regresso ao passado em Gorée. Não em nosso nome”, foi publicada em 19 de

³ Matéria jornalística publicada em *O Público* sob o título: “Portugal reconheceu injustiça da escravatura quando a aboliu em 1761, diz Marcelo”. <https://www.publico.pt/2017/04/13/politica/noticia/portugal-reconheceu-injustica-da-escravatura-quando-a-aboliu-em-1761-diz-marcelo-1768680>. Acesso em: 21, maio 2017.

abril de 2017. Nessa carta, os signatários criticam o posicionamento do político, e exigem o reconhecimento da dimensão do fato histórico:

[...] o Presidente escolheu não reconhecer em Gorée a longa e sinuosa história da responsabilidade portuguesa no comércio e escravização de africanos, nem as outras formas de opressão que em nome do país foram praticadas e legalmente sustentadas nas colónias africanas até a extinção do regime colonial português em 1974-75.⁴

Com relação à exploração do comércio de escravos pelos portugueses, Matthew White demonstra estatisticamente que

Ao todo, 40% de todos os escravos, isto é, 4,65 milhões, foram transportados pelos portugueses, e 35%, ou 4 milhões, foram enviados para a colônia portuguesa do Brasil. O comércio escravagista atingiu o pico no século XVIII, quando quase 6 milhões de escravos foram transportados por todas as nações (WHITE, 2013, p. 200).

O reconhecimento público dos danos causados por Portugal aos povos africanos, seja pela exploração do tráfico negreiro, seja pela utilização da mão de obra escrava, é desejável e se faz necessário. Porém, escamotear a verdade para que Portugal seja visto no presente como uma nação precocemente humanista, e, por consequência, deixar de reconhecer as reais atrocidades cometidas por esse país ao não mencionar ou simplesmente omitir fatos históricos é um assunto que remete ao apagamento da memória coletiva, como observa Le Goff:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos, que dominaram e que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 422).

No episódio no Senegal, parece que este é justamente o artifício utilizado por Sousa ao silenciar a respeito da extensão do comprometimento

⁴ Disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/interior/um-regresso-ao-passado-em-goree-nao-em-nosso-nome-6228800.html>. Acesso em: 21, maio 2017.

português no tocante à escravatura, já que acaba por ressaltar e colocar em destaque a decisão do poder político de seu país em reconhecer a dignidade do homem e o “respeito a um estatuto correspondente a essa dignidade”.

O problema desse tipo de interpretação foi trazido à tona na referida carta aberta ao Presidente da República, quando se menciona que “o ato de reavivar narrativas de má memória [do modo como foi feito por Marcelo Rebelo de Sousa] perversamente restaura a má consciência que os portugueses há muito rejeitaram na relação com a sua história”.⁵

Essa polêmica revela que, quarenta e três anos depois da Revolução dos Cravos, Portugal ainda não conseguiu enfrentar o seu passado de forma crítica, nem assumir plenamente os erros perpetrados pelo salazarismo e pelo colonialismo no século XX, bem como pela escravidão e pelo tráfico de escravos com destino à metrópole e às suas colônias nos séculos anteriores. Ou seja, é preciso lutar contra o esquecimento ou falseamento do passado, através de uma revisitação crítica da história.

A NECESSIDADE DE UMA REFLEXÃO CRÍTICA ACERCA DO PASSADO PORTUGUÊS

Eduardo Lourenço lembra que durante o tempo em que Portugal foi governado por Salazar, “ele utilizara o silêncio, pelo menos a ausência de discussão política de um país que teoricamente não tinha problemas nem internos, nem menos externos, com refinada ostentação” (LOURENÇO, 1999, p. 139). Muito embora “a Democracia instaurada pela Revolução de Abril em 1974 nasceu acompanhada da vontade de inventar um outro destino para Portugal” (LOURENÇO, 1999, p. 140), parece que o silêncio da época de Salazar, ou seja, essa fórmula de se esquivar da reflexão crítica sobre o passado tem sido sustentada ainda na atualidade. Destarte, desde a queda da ditadura, uma análise séria do que foi o salazarismo, isenta das ainda vivas ideologias do regime, se tem feito extremamente necessária. Acerca de Salazar, acrescenta que

o seu esqueleto jaz no armário mais esquecido de uma História como a nossa feita mais de memória renovada e revisitada do que de sucessivas camadas de esquecimento. É paupérrima a literatura sobre Salazar, quer memorial, quer ideológica, política, econômica, financeira e cultural (LOURENÇO, 1999, p. 139).

⁵ Disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/interior/um-regresso-ao-passado-em-goree-nao-em-nosso-nome-6228800.html>. Acesso em: 21, maio 2017.

É justamente esta falta de uma reflexão crítica sobre o passado e os erros cometidos por Portugal que permitem que a ideologia da propaganda salazarista esteja popularmente em voga até os dias atuais. Salazar ainda é visto pelo senso comum como o estadista que defendeu Portugal de entrar na Segunda Guerra Mundial, bem como o líder de uma nação que possuía uma missão civilizadora perante as então chamadas colônias ultramarinas, ideias disseminadas pela propaganda durante o salazarismo, cujos ecos podem ainda ser ouvidos. Para Luís Reis Torgal

Uma das preocupações do Estado Novo – e talvez aqui se encontre uma das razões da sua persistência – foi exactamente revelar-se como defensor de uma autoridade firme, mas paternal, na base da tese, já clássica no nosso pensamento político, de que o povo português era um povo viril, mas de «brandos costumes», dócil e de pronta obediência. (TORGAL, 1989, p. 173).

Este pensamento ainda repercute por parte de alguns acadêmicos e intelectuais contemporâneos. Para o sociólogo Boaventura de Sousa Santos

Os portugueses [...] tanto foram racistas, muitas vezes violentos e corruptos, mais dados à pilhagem do que ao desenvolvimento, como foram *miscigenadores natos*, *literalmente pais da democracia racial*, do que ela revela e do que esconde, *melhores que qualquer outro povo europeu na adaptação aos trópicos* (SANTOS, 2003, p. 35, grifos nossos).

Embora admita que os portugueses cometeram atos violentos, há de se levar em conta que ao defender que “foram miscigenadores natos” e “pais da democracia racial”, ameniza toda violência causada nesse processo, sobretudo a imposta às mulheres, além de deixar implícita a imagem de que a colonização portuguesa teria sido mais branda que a das outras nações colonizadoras. Além disso, Santos relativiza as arbitrariedades promovidas pelo imperialismo português de outrora, ao colocar o foco em impérios mais potentes, considerando:

[...] o fato de o colonialismo português ter ficado refém, desde cedo, do colonialismo hegemônico, sobretudo inglês, e das formas de imperialismo em que ele se traduziu até a

sua última encarnação, nos nossos dias, sob a figuração de globalização neoliberal, em que pontificam os Estados Unidos da América. [...] Em nome do pós-colonialismo, hoje faz tão pouco sentido agitar a bandeira antiespanhola na Colômbia quanto agitar a bandeira antiportuguesa no Brasil, em Moçambique ou Angola (SANTOS, 2003, p. 51).

Ao conclamar a união de países que outrora foram colonizados e seus colonizadores contra a ordem hegemônica atual, Santos parece minimizar a necessidade de uma reflexão criteriosa e séria acerca do passado de Portugal. Em outras palavras, propõe, na atualidade, uma aliança com suas antigas colônias, contra a hegemonia norte-americana, apagando as marcas e sequelas ainda existentes, herdadas do longo processo colonial. Em suma, as palavras do sociólogo não deixam de ser análogas às do Presidente da República, uma vez que ambos reconhecem que houve um lado negativo do passado português. No entanto, omite aspectos mais sombrios desse passado e também difunde a imagem de um país frágil ou permissivo perante as suas ex-colônias.

Na carta aberta a Marcelo Rebelo de Sousa, os signatários demonstram que “esta visão idealista e excecionista do legado colonial da história portuguesa, assente num alegado pioneirismo humanista, foi sendo construída ao longo do século XIX e popularizada durante o Estado Novo”.⁶ Inquieta-nos perceber que este pensamento construído desde o século XIX sobreviveu à Revolução dos Cravos e continua vivo na mentalidade dos portugueses de uma forma em geral. Como lembra Lourenço,

[...] o Estado Novo e seu chefe, não sem motivos, são julgados à luz de um desastre final que continua sem leitura, no passado e no presente. Um desastre que ninguém quis, na época, endossar, e que lido às avessas se converteu no ato fundador da Nova Democracia portuguesa (LOURENÇO, 1999, p. 139).

Talvez por essa falta de julgamento e silêncio em torno do longo período ditatorial, que, como apontado acima, corroborou com a construção e difusão da imagem positiva do colonialismo à portuguesa, é que vemos, hoje em dia, declarações como a de Sousa. Essa perspectiva se encontra presente

⁶ Disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/interior/um-regresso-ao-passado-em-goree-nao-em-nosso-nome-6228800.html>. Acesso em: 21 maio 2017.

mesmo em críticos do salazarismo, como ocorre em alguns momentos com Manoel de Oliveira.

MANOEL DE OLIVEIRA E A QUESTÃO DO LEGADO PORTUGUÊS: UM OLHAR BENEVOLENTE PARA COM O PASSADO COLONIAL?⁷

Manoel de Oliveira (1908-2015), o mais longevo cineasta português, realizador de mais de cinquenta filmes, entre curtas, médias e longas-metragens, parece admitir que, apesar de Portugal ter construído um império, ter participado de guerras e explorado outros povos, o que deve ser levado em conta é a questão do legado deixado por este país. Apesar das atrocidades cometidas contra outros povos e culturas, o Império Português deixou um patrimônio linguístico, cultural, religioso, ou seja, uma herança que, segundo Oliveira, deve ser reconhecida em detrimento dos danos causados por Portugal. É o que se observa nos filmes *Non, ou a Vã Glória de Mandar* (1990) e *Um Filme Falado* (2003).

Segundo o pesquisador português Paulo Cunha,

Non ou a Vã Glória de Mandar é um projecto e uma reflexão muito pessoal do cineasta sobre a identidade nacional e o destino de Portugal, a partir de um cruzamento dos imaginários do Padre António Viera e de Luís de Camões (CUNHA, 2003, p. 202).

Ambientada numa colônia portuguesa em África no auge da Guerra Colonial, a película mostra militares portugueses se deslocando até um posto militar distante. Enquanto fazem esse percurso, refletem sobre as origens e destinos do país:

A acção do filme passa-se quase no final da Guerra Colonial, onde um grupo de soldados, numa deslocação, desenvolveu uma conversa relacionada especialmente com o conflito africano. Entre esses soldados destaca-se o *alferes Cabrita* (Luís Miguel Cintra), um licenciado em História a cumprir o serviço militar, que irá dominar a narrativa e a discussão entre o grupo. Para além da guerra que polemicamente discutem – são várias e controversas as

⁷ Neste artigo não pretendemos fazer uma análise exaustiva da filmografia de Manoel de Oliveira.

opiniões – o grupo irá através da nossa História (desde Viriato a Alcácer-Quibir) evocando outras batalhas onde os portugueses, embora lutando heroicamente, acabam por perder (CUNHA, 2003, p. 202-203).

Devido à hierarquia militar, mas sobretudo à sua formação na área de História, Cabrita assume um papel proeminente perante os furriéis daquele agrupamento. A partir de questionamentos feitos pelos soldados a respeito do papel do país no conflito em África, o alferes toma a palavra e inicia uma revisitação da História portuguesa. Em função disso, durante praticamente todo o filme, é ele quem conduzirá as discussões sobre o passado, selecionando os personagens e fatos históricos que serão retomados. Entre esses fatos, o período da exploração ultramarina ganha destaque. Ao fazer um balanço do que representou para a humanidade as descobertas e conquistas dos séculos XV e XVI, afirma o seguinte:

Alferes Cabrita: No fundo, o que eu vos queria fazer sentir é que quanto a mim, as conquistas territoriais, ao fim e ao cabo pouco valem. Ou seja, as conquistas, ou o domínio das terras, submetendo os povos à força do seu poder não é o que verdadeiramente conta. Podem valer por um momento, por uma época, em benefício de quem usufrui o poder, mas não é isso que fica em favor da humanidade.

Furriel Brito: E então o que é que fica para a humanidade, meu alferes?

Alferes Cabrita: O que se dá. Não o que se tira.

[Os furriéis Brito e Manuel se entreolham, dando a entender que não compreenderam as palavras do alferes].

Alferes Cabrita: Vamos ver se sou capaz de explicar melhor a minha ideia. Por exemplo, o que é que ficou dos grandes impérios? O que é que ficou do Império Grego ou do Império Romano?

Furriel Manuel: Ficaram apenas ruínas.

Alferes Cabrita: Sim, quanto ao que era império diluiu-se, evaporou-se através dos tempos. Ficaram apenas ruínas.

Furriel Manuel: Sombras. Ficaram sombras.

Alferes Cabrita: Num aspecto sim. Noutro, pelo contrário, abriu-se mais uma luz.

Furriel Brito: Mais uma luz? Que luz?

Alferes Cabrita: Do desenvolvimento cultural que deixou seu substrato. E essa é uma dádiva que ficará para sempre no conhecimento universal.

Furriel Brito: Sim, eu estou a ver. Como uma contribuição para a civilização.

Alferes Cabrita: Talvez. Embora esta seja uma marcha enigmática porque, a meu ver, não vale o sentido da eternidade. Mas voltando à minha ideia, os descobrimentos portugueses, por exemplo, estão no mesmo pé, ou seja, o da dádiva.

Furriel Manuel: Da dádiva?

Alferes Cabrita: Sim, da dádiva. Não é o que conquistamos ou dominamos o que vai ficar. Isso se diluirá com o tempo, como vai acontecer ou aconteceu já a outros impérios, por maiores que fossem ou sejam. Mas o que é dádiva, o que, por exemplo, os portugueses trouxeram com os descobrimentos, dando ao mundo novos mundos, novas gentes, novos mares e novos céus, isso ficará.

Furriel Brito: Como Vasco da Gama em relação à Índia? Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral e relação à América? Ou Fernão de Magalhães que deu a volta ao mundo?

Alferes Cabrita: Ou Gago Coutinho, quando retoma no século XX o astrolábio que guiou os navegadores quatrocentistas, e lhe aplica o sextante à sua invenção e faz a primeira viagem transatlântica por ares nunca dantes navegados. Isso ficará.

Furriel Manuel: Os descobrimentos do quatrocentos são então a nossa maior dádiva ao mundo.

Esta sequência é uma das mais emblemáticas em *Non, ou a Vá Glória de Mandar* no que diz respeito à herança deixada pelo império português. O alferes Cabrita reconhece que houve a subjugação dos povos dominados, mas o que ele procura destacar é o resultado positivo que ficou para a humanidade, introduzindo o conceito de que o que realmente importa é “o que se dá – não o que se tira”. Ao remover o foco de “o que se tira” e colocá-lo em “o que se dá”, o realizador deixa de discutir o passado colonial português e procura enfatizar a ideia do desenvolvimento cultural que foi gerado para o usufruto da humanidade.

Refletindo acerca do que sobrou dos impérios da Antiguidade, como o grego ou o romano, o furriel Manuel (interpretado por Diogo Dória)

constata que ficaram apenas ruínas e sombras desses impérios. No entanto, a lição que Cabrita quer ensinar a seus comandados reside num pensamento maniqueísta que se revela na escolha lexical - sombra (mal) *versus* luz (bem), ou seja, a luz/bem que ficou para a posteridade é vista como o conhecimento que foi gerado e ainda é usufruído por outros povos, como as invenções, as descobertas ou mesmo a língua portuguesa. Quanto à sombra/mal, esta acaba por não ser discutida. Ou seja, há uma sobrevalorização da ideia de que o contributo legado pelos portugueses aos povos colonizados superaria os danos causados no processo colonial. Cabrita chama ainda a herança portuguesa deixada à humanidade de “dáviva”, o que impossibilita que ocorra uma discussão crítico-dialética sobre as várias facetas do imperialismo português em África, como ocorre nas primeiras sequências do filme: no momento em que começam a conversar, antes da intervenção do alferes, os soldados expõem opiniões diversas a respeito de questões que versam sobre a ideia de Portugal como país civilizador dos povos africanos sob seu domínio, a guerra fria e os interesses dos vários países envolvidos na exploração do continente africano, o sentido da guerra, entre outros aspectos. Essas opiniões revelam pensamentos divergentes, alguns deles bastante críticos em relação à ideologia imperialista do estado português.

Entretanto, como consequência da intervenção de Cabrita e pelo fato de ele assumir narrativamente uma posição de autoridade, reforçada pelo tom didático-professoral, o furriel Brito estende o alcance do raciocínio do alferes, listando alguns dos feitos realizados por Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Fernão de Magalhães como exemplos desse legado positivo. Para reforçar seu ponto de vista, Cabrita faz uma conexão com outra “dáviva”, essa do século XX, isto é, a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, ocorrida em 1922, lograda pelo aviador português Gago Coutinho, graças à adaptação de instrumentos de orientação e navegação, como o uso do astrolábio, utilizado por navegadores portugueses do século XV. Ao evocar o aviador, o alferes relata que Coutinho “faz a primeira viagem transatlântica por ares nunca dantes navegados”, numa clara alusão ao verso 3 do Canto I de *Os Lusíadas*. Ou seja, a ideia que Oliveira ressalta é a de que os portugueses têm contribuído desde o século XV para o progresso da humanidade.

Mais adiante, os três personagens continuam a discutir a questão do legado português em detrimento dos prejuízos causados pela expansão do império colonial:

Alferes Cabrita: Os descobrimentos portugueses são a grande dáviva dos portugueses ao mundo. Não são uma coisa a parte, isolada na história de Portugal.

Furriel Manuel: Mas a dádiva não é assim qualquer coisa como um “toma lá”.

Alferes Cabrita: Pois não. É produto de um esforço que só merece quem o compreenda e seja capaz de fazer continuar por gerações. A dádiva estimulou o trabalho e a procura.

Furriel Manuel: Trata-se então de qualquer coisa de superior, de transcendente. Transcendente e rico.

Furriel Brito: Rico?

Furriel Manuel: Sim, pá. Rico, no sentido de sabedoria. Rico culturalmente.

Alferes Cabrita: Claro. O que se apurou nos descobrimentos foi um grande passo para a humanidade. O mesmo podemos dizer hoje da viagem à lua ou dos resultados da exploração da estratosfera com naves espaciais. São coisas que têm um futuro promissor para o conhecimento científico e o desenvolvimento técnico.

A sequência acima corrobora com o pensamento de que a herança cultural e científica deixada pelos portugueses ao mundo através da vanguarda nas grandes descobertas é algo de superior, de “transcendente”, como vemos no diálogo acima. Portanto, embora não explicitado, lê-se nas entrelinhas que apenas as nações “eleitas”, detentoras de “um esforço que só merece quem o compreenda e seja capaz de fazer continuar por gerações”, se enquadrariam no perfil de provedor de “dádivas”.

A fala de Cabrita, ao definir os descobrimentos portugueses como “um grande passo para a humanidade”, se assemelha à de Neil Armstrong, primeiro homem a pisar na lua: “*That’s one small step for [a] man, one giant leap for mankind*”.⁸ O alferes chega a comparar os descobrimentos portugueses com a ida do homem à lua ou as explorações espaciais, conferindo o mesmo grau de importância a todos esses eventos e classificando-os como marcos para a humanidade. Ou seja, a questão da violência gerada pelos descobrimentos não é problematizada, sendo enfatizada apenas a ideia das benesses deixadas pelos portugueses ao mundo.

O cenário é de guerra. Entretanto, há apenas um momento em que o filme mostra uma situação de confronto entre os soldados que lutam para preservar a ordem colonial e os africanos que combatem, por sua vez, pela autonomia de seu país. Nesse confronto, o “inimigo” revela-se praticamente invisível, pois enquanto os soldados portugueses são mostrados como um

⁸ “Este é um pequeno passo para um homem, [mas] um grande salto para a humanidade” (tradução livre).

grupo, e nesse ataque vários deles são feridos mortalmente, apenas um negro aparece ferido, aos olhos do espectador, quando foge e grita desesperadamente após ser atingido. A respeito dessa invisibilidade da África colonial, Ismail Xavier afirma que ela

permanece, em verdade, recalcada no filme [...], pois a recapitulação do passado em grande escala elide toda a questão da colonização da África, a escravidão e o tráfico negreiro, experiência de que Portugal manteve o controle entre os séculos XVI e XIX [...]. (XAVIER, 2014, p. 190).

Ou seja, a dádiva e o legado são os valores que se sobressaem em *Non, ou a vã glória de mandar*. Esta mesma ideia volta a ser trabalhada na película oliveiriana *Um Filme Falado*. Segundo a pesquisadora Ximena Contrera, este filme “pode ser considerado uma reflexão e [...] uma alegoria sobre a história do Mediterrâneo e em especial sobre a relação de Portugal com a [...] Europa” (CONTRERA, 2016, p. 121). A trama se passa em julho de 2001, quando Rosa Maria e Maria Joana, mãe e filha, embarcam em Lisboa com destino a Bombaim, Índia, para se encontrarem com o marido, piloto de aviação.

Rosa Maria, professora de História na Universidade de Lisboa, aproveita para fazer a viagem de navio, pois quer visitar os sítios que conhece apenas por livros, bem como apresentá-los à sua filha de sete anos. Aliás, o filme é caracterizado por uma linguagem bastante didática, uma vez que a mãe está sempre a ensinar, e a menina sempre a fazer perguntas.

Logo no início do filme, enquanto a embarcação que leva as protagonistas ainda voga no Rio Tejo, as vemos “observando os monumentos que passam em frente, [...] monumentos e lugares de memória, categoria na qual poderia incluir o nevoeiro que lembra o mito nacional de Dom Sebastião” (CONTRERA, 2016, p. 128):

Rosa Maria: Está a vir nevoeiros. É pena. Se aumentar, não vais conseguir ver o monumento aos descobrimentos [referindo-se ao Padrão dos Descobrimentos, inaugurado originalmente em 1940, por ocasião da Exposição do Mundo Português]. Estamos a nos aproximar. Vês? Fizeram-no em memória ao acontecimento, em homenagem aos marinheiros. Aquele ali ao fundo, a frente dos outros todos, com o chapéu de abas largas, estás a ver?
Maria Joana: Sim, quem é?

Rosa Maria: É o Infante Dom Henrique. O grande empreendedor dos descobrimentos.

Maria Joana: E o que faziam?

Rosa Maria: O que fizeram? Descobriram novos mundos percorrendo mares até então desconhecidos. Uma tarefa que o infante estudou muito bem [pausa]. Olha, este é o mais antigo [referindo-se à Torre de Belém, concluída em 1520]. Foi o primeiro a ser construído para comemorar o feito glorioso da chegada à Índia por mar. Uma expedição comandada por Vasco da Gama.

Na sequência acima, apesar de curta, vemos o esforço de Rosa Maria em transmitir o conhecimento acerca da importância histórica de Portugal à sua filha, personagem que representa a futura geração do país. A escolha lexical para descrever os portugueses e sua nação como em “*o grande empreendedor dos descobrimentos*”, “*descobriram novos mundos percorrendo mares até então desconhecidos*” e “*o feito glorioso da chegada à Índia por mar*” (grifos nossos) traduzem imagens que exaltam a grandeza e o pioneirismo portugueses através desses feitos, conferem relevância ímpar a Portugal e ditam a tônica em relação ao discurso da personagem, ausente de reflexão crítica, apesar de professora universitária.

Com o decorrer da viagem, já no Cairo, mãe e filha se encontram casualmente com o ator português Luís Miguel Cintra, o mesmo que interpreta o Alferes Cabrita no filme de 1990, e que nesta obra fílmica faz o papel de si mesmo. Cintra as convida a conhecer o hotel que foi construído por ocasião da inauguração do Canal de Suez em 1869, pois deseja mostrar às suas conterrâneas um quadro que retrata este evento. Conhecedora de História, Rosa Maria relembra que o canal foi aberto “a braço de homens”, o que o tornaria um feito formidável.

Cintra parece não se solidarizar com a realização manual empenhado por esses trabalhadores anônimos no século XIX e coloca o foco em um feito que ele julga igualmente formidável, porém, promovido por um português:

Luís Miguel: Não foi menos formidável a primeira viagem à Índia por mar, feita em 1494 (*sic*) por Vasco da Gama.

Rosa Maria [para a filha]: Sabes quanto tempo levou Vasco da Gama a chegar à Índia?

Maria Joana: Não. Quanto tempo?

Rosa Maria: Um ano. Teve que dar a volta inteirinha por África. Agora, com o canal, a viagem é bem mais rápida.

Neste pequeno trecho, notamos que o discurso faz o mesmo movimento utilizado por Oliveira em *Non, ou a Vã Glória de Mandar* ao ressaltar a ideia da “dádiva” deixada para a humanidade pelos portugueses. No caso em análise, a herança primordial seria a descoberta do caminho para as Índias por via marítima, graças a Vasco da Gama, mesmo que a construção do Canal de Suez, no século XIX, tenha possibilitado a conexão do Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho, encurtado o trajeto e viabilizado o novo percurso. De qualquer forma, o que acaba sendo realçado é o desafio e a conquista realizada pelos portugueses, pois, além de pioneira e inovadora, foi o trajeto utilizado pela humanidade por quatrocentos anos.

Constatamos que ambos os filmes de Manoel de Oliveira não apenas enaltecem as descobertas e feitos históricos dos portugueses, mas também os tratam como benesses oferecidas ao mundo, isto é, um tipo de herança imaterial de valor incontestável. Ao jogar luz neste aspecto, isto é, à dádiva legada aos povos por meio do processo exploratório e imperialista, essas películas acabam por deixar em segundo plano a reflexão crítica acerca dos reais prejuízos causados em função das sequelas inerentes a esse modelo expansionista, como a escravidão, os genocídios, a conversão religiosa forçada, para citar algumas das atrocidades resultantes desse processo.

Todavia, tal raciocínio não está restrito aos argumentos desses filmes, já que se encontra manifesto nas palavras do próprio realizador. Em 1999, o historiador brasileiro Luiz Felipe de Alencastro, um dos signatários da recente carta aberta ao Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, escreveu uma missiva pública ao cineasta português, intitulada “Carta Aberta a Manoel de Oliveira”⁹, cuja publicação se deu no jornal *Folha de S. Paulo*. Nela, Alencastro censura a postura de Oliveira ao se eximir de abordar “a problemática da escravidão moderna e o colonialismo europeu e, sobretudo, o colonialismo português” (CONTRERA, 2016, p. 105) em filmes como *Non*:

Como se sabe, a presença portuguesa antecedeu de três séculos e meio a presença francesa – a europeia em geral – na África. Durante esse tempo todo, a empreitada principal dos portugueses no Continente Negro foi o comércio de escravos. Empreitada nem sequer mencionada em “*Non ou a Vã Glória de Mandar*”. Nem mesmo pelo jovem tenente português que profere no filme um severo requisito

⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Carta aberta a Manoel de Oliveira”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 12 de dezembro de 1999. Caderno Mais! Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1212199914.htm> . Acesso em: 16, jun 2017.

contra o colonialismo lusitano na África. Brasileiro, filho de um país que também fez comércio negreiro, sei que esta história é difícil de ser assumida.

Sucedo, caro mestre, que o desconhecimento da violência praticada pelos portugueses (e brasileiros) na época do tráfico negreiro tem consequências amplas, gerando, por exemplo, um certo desconforto diante das manifestações portuguesas em favor de Timor Leste.

[...] Desse modo, “Non ou a Vã Glória de Mandar” é um grande filme, uma das melhores reflexões sobre o colonialismo europeu. Mas não dá conta da complexidade da presença portuguesa na África.¹⁰

Em janeiro de 2000, Manoel de Oliveira responde a carta assinada por Alencastro e a publica no mesmo periódico¹¹. O cineasta expõe suas ideias em relação à responsabilidade de Portugal pertinente ao capítulo da escravidão e do tráfico negreiro. Para ele, o “escravagismo naquela época era um dado aceite em todo o mundo – e irreversível”:

O Brasil pensa que isso foi obra exclusiva do português a quem chama de colono. Ora, os africanos despejados no Brasil e noutras partes das Américas eram um caso bem diferente dos índios, pois estavam criminosamente desenraizados e perdidos da sua identidade. Quem o fazia? Portugueses, sim, em boa parte e relativamente ao Brasil. Mas só portugueses? Não, bem nítido que não. Os próprios africanos, as tribos mais fortes, aprisionavam as mais fracas para as venderem aos brancos, aos europeus holandeses, ingleses, italianos, espanhóis, franceses, eu sei lá. [...] Portugal tem culpas, mas, malgrado essas culpas, malgrado a escravização dos negros e até de índios, que nos deixa hoje uma triste memória para a história da colonização e que ainda hoje uma boa parte de brasileiros não cesse de culpar os portugueses, foram eles, os portugueses, que, principiando por encontrar a Terra de Vera Cruz, fizeram o Brasil, e o fizeram depois independente – país que é hoje essa grande e acolhedora nação multirracial e multinacional

¹⁰ ALENCASTRO, 1999.

¹¹ Convém ressaltar que o primeiro contato com essa polêmica se deu através de CONTRERA, 2016.

e um povo que gera simpatia em todo o lado do mundo. Há simpatias, sim, mas não há na Europa e no mundo nação que não tenha nascido a ferro e fogo [...]. Também não deveremos olhar o passado e julgá-lo com a mentalidade de hoje. A mentalidade do século 17 era bem outra, e não se falava dos Direitos do Homem (os quais ainda hoje estão longe de serem respeitados em muitas latitudes) [...].¹²

Após analisarmos as palavras de Oliveira nesta carta-resposta, notamos os mesmos recursos utilizados nos filmes aqui propostos, isto é, a valorização dos feitos de Portugal e a conseqüente “dádiva” deixada para a posteridade. Basta observar que o cineasta recorda que, sem os portugueses, não haveria Brasil.

É como se o fato de Portugal ter colonizado e “feito” o Brasil, ao menos nessas palavras de Oliveira, o isentasse de promover a discussão crítica a respeito dos processos pelos quais essa colonização se deu, quer dizer, através do tráfico e da mão de obra de escravos.

Ademais, observamos que o cineasta deixa de promover a discussão crítica referente à condição histórico-escravocrata de seu país, ao afirmar que essa condição “era um dado aceite em todo o mundo” e que “não deveremos olhar o passado e julgá-lo com a mentalidade de hoje”. Ou seja, Oliveira exime Portugal da responsabilidade a respeito desse comércio, ao lembrar que outros países europeus e povos africanos também o praticaram.

Em sintonia com o pensamento de Rebelo de Sousa e de Boaventura de Sousa Santos, Oliveira parece reconhecer a culpa de Portugal concernente ao seu passado colonial, mas o atenua, ressaltando, de modo positivo, o contributo desse processo.

O ABRANDAMENTO NO JULGAMENTO DOS CULPADOS PÓS-25 DE ABRIL

Após a queda do regime ditatorial em 1974, com a destituição de Marcello Caetano e seu exílio no Brasil, iniciou-se um período de julgamentos e de condenações contra responsáveis pelos excessos cometidos durante o salazarismo. Entretanto, essa fase dos governos democráticos provisórios se mostrou bastante amena em relação aos antigos membros da

¹² OLIVEIRA, Manoel. “Manoel de Oliveira responde a Alencastro” in *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 16 de janeiro de 2000. Caderno Mais! Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1601200007..htm>. Acesso em: 15, jun 2017.

PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) e da DGS (Direção-Geral de Segurança), conforme explica a pesquisadora Filipa Raimundo:

Segundo dados elaborados pela Comissão de Extinção da PIDE/DGS, foram enviados para julgamento 2.667 processos, relativos a pessoal dirigente, pessoal técnico e colaboradores [...]. De acordo com as estatísticas elaboradas pela comissão, cerca de 68% dos indivíduos foram condenados a penas entre um e seis meses de prisão maior. Contudo, a consulta dos processos, assim como dos recursos interpostos junto do Supremo Tribunal Militar, revela dois aspectos que alteram substancialmente essas conclusões: em primeiro lugar, a todas essas sentenças foi descontado o período de prisão preventiva sofrida – [...] cerca de 20 meses [...]; em segundo lugar, os tribunais fizeram frequentemente uso de dois perdões de 90 dias, previstos pelos Decretos-lei n.º 729/75, de 22 de dezembro e n.º 825/76, de 16 de novembro. Para além disso, o 1.º TMT de Lisboa decidiu com frequência que [...] iria perdoar metade da pena que deveria ser aplicada, segundo a Lei 8/75, recorrendo ao Decreto-lei n.º 271/74, de 21 de junho. (RAIMUNDO, 2013, p. 119-120).

Notamos que tanto as diminuições de pena quanto os perdões concedidos a antigos membros desses braços da ditadura não apenas contribuíram com o apagamento do que foram os quarenta e oito anos de autoritarismos em Portugal, como também denotam certa convivência com esse período histórico. Três anos após a queda de Marcello Caetano,

[...] o jornal *Página Um* (28 de abril de 1977) fez referência a uma entrevista de Mário Soares a um periódico francês, na qual o então primeiro-ministro e reconhecido antifascista se teria revelado favorável a uma lei de anistia que permitisse perdoar os crimes da ditadura e seguir em frente com a consolidação da democracia (RAIMUNDO, 2013, p. 122).

Percebemos que o período de transição da ditadura para a democracia não foi fácil para Portugal, sobretudo concernente ao que tange à responsabilização e à condenação dos responsáveis pelos crimes cometidos

durante o regime. Embora o processo de julgamento tenha se revestido de legitimidade, a maioria dos acusados teve as penas reduzidas.

Devido a isso, não surpreende o fato de que “em Portugal, em 1978, um total de 35% da população ainda acreditava que os regimes de Salazar e de Caetano tinham governado melhor o país” (BRUNEAU, 1984, p. 113; BRUNEAU e MCLEOD, 1986, p. 93 *apud* MORLINO, 2013, p. 286). O pensamento que esses dados revelam, baseado na opinião desses portugueses, ecoa até hoje, inclusive entre os mais jovens. Parece que o culto a Salazar, criado e divulgado pela propaganda no Estado Novo, perdura na memória afetiva não apenas dos que viveram aquele período.

O professor Francisco Martinho avalia que

[...] a distância entre as noções de memória e opinião decorre do fato de que os fenômenos de opinião estão mais evidentemente vinculados às circunstâncias, ao efêmero, às percepções do vivido, ainda que combinadas com as experiências pretéritas [...] ainda que distintas, cada uma delas merecendo um tipo de análise própria, é fato que a memória só pode ser entendida como um agente capaz de influenciar um determinado grupo caso ela tenha impacto na opinião do coletivo (MARTINHO, 2013, p. 130).

Bendix alertou que “aqueles que não têm memória do passado perdem a sua identidade e estão condenados a cometer os mesmos erros” (BENDIX, 1984 *apud* MORLINO, 2013, p. 291). Essa é a grande ameaça que paira sobre os países que não revisitam criticamente fatos da sua História, sobretudo quando se trata de períodos marcados pelo desrespeito aos direitos humanos, bem como pelas violações da ordem social – características inerentes aos processos colonialistas e aos regimes ditatoriais.

Portugal, no processo de instalação do estado democrático, escolheu mirar para o futuro e deixou de refletir seriamente sobre o seu passado, evitando elaborar os traumas e sequelas de décadas de uma imagem irrealista da sua história. Ao não analisar criticamente esse período e toda a carga de valores que estão a ele atrelados (valorização da religião, da pátria, da família; celebração de mitos e heróis; entre outros), Portugal corre o risco de reproduzir o mesmo padrão. No final de uma conferência¹³ proferida

¹³ “Conferência realizada na Fundação Gulbenkian, em 5 de Fevereiro de 1975, no âmbito do curso sobre “Modernismo” promovido pela Universidade Nova de Lisboa.” (LOURENÇO, 2015, p. 80).

menos de um ano depois da Revolução dos Cravos, Eduardo Lourenço afirma:

As contas a ajustar com as imagens que a nossa aventura colonizadora suscitou na consciência nacional são largas e de trama complexa de mais (*sic*). [...]. Ao menos uma vez na nossa existência multissecular aproveitemos a dolorosa lição de uma cegueira que se quis inspiração divina e patriótica, para nos compreendermos em termos realistas, inventando uma relação com Portugal na qual nos possamos rever sem ressentimentos fúnebres, nem delírios patológicos (LOURENÇO, 2015, p. 116).

Como vimos, e a declaração do presidente português em Gorée reafirma, mesmo com importantes contribuições e reflexões críticas, como a que citamos acima, os portugueses ainda precisam rever as imagens falaciosas de sua aventura colonizadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros; Instituto Camões, 2000.

CONTRERA, Ximena Isabel León. *Um Filme Falado: a história e o mediterrâneo na obra de Manoel de Oliveira*. São Paulo: Humanitas, 2016.

CUNHA, Paulo. Guerra colonial e colonialismo no cinema português. In: TORGAL, Luís Reis; ANDRADE, Luís Oliveira (org.). *Revista Estudos do Século XX: colonialismo, anticolonialismo e identidades nacionais*, Coimbra, n. 3, p. 185-208, 2003.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 419-76.

LOURENÇO, Eduardo. Da literatura como interpretação de Portugal. In: *O labirinto da saudade*. 10 ed. Lisboa: Gradiva, 2015. p. 80-117.

_____. Portugal como destino: dramaturgia cultural portuguesa. In: *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 89-154.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. As elites políticas do Estado Novo e o 25 de abril: história e memória. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 127-58.

MORLINO, Leonardo. Legados autoritários, políticas do passado e qualidade da democracia na Europa do Sul. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 261-94.

RAIMUNDO, Filipa. Partidos Políticos e justiça de transição em Portugal: o caso da polícia política (1974-1976). In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 75-126.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 66, n. 2, p. 23-52, jul. 2003.

TORGAL, Luís Reis. Ideologia salazarista, “cultura popular” e consciência histórica. As bibliotecas das Casas do Povo. In: *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989. p. 171-96.

XAVIER, Ismail. A morte do alferes Cabrita e a paixão portuguesa. In: FERREIRA, Carolin Overhoff (org.). *Manoel de Oliveira. Novas perspectivas sobre sua obra*. São Paulo: Editora FAP-UNIFESP, 2014. p.183-211.

WHITE, Matthew. Tráfico de escravos no Atlântico. In: *O grande livro das coisas horríveis: a crônica definitiva das cem piores atrocidades da história*. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2013. p. 196-209. E-book

Data de recebimento: 30 de junho de 2017

Data de aprovação: 7 de dezembro de 2017